

Preservar o indispensável

EM RELAÇÃO a um aspecto, nada há a discutir sobre a decisão de suspender, total ou parcialmente, o pagamento dos juros da dívida externa brasileira: não pagamos por ora porque não temos com que pagar.

ESSA É a consequência inevitável de meses de mau desempenho no comércio exterior. Como não pode tirar dólares de pedra, o Governo simplesmente deixa de enviá-los a nossos credores. Trata-se de uma moratória (se o nome pode ser este) técnica, desacompanhada de qualquer consideração de natureza política e sem representar qualquer desvio — no plano das intenções — no que se refere à estratégia do País no campo das relações econômicas internacionais. E de uma moratória que não se pretende imposta, unilateral, mas negociada.

NÃO EXISTE situação imaginável na qual atrasar o pagamento de uma dívida seja bom negócio. Mas — e esse aspecto da situação oferece diferentes alternativas — é sempre necessário amenizar tanto quanto possível os efeitos negativos da inadimplência.

VAMOS AGORA informar a outros países, com prioridade natural para os Estados Unidos, e aos bancos internacionais que deixare-

mos de pagar juros, e que pretendemos uma renegociação da dívida. Esse recado, que terá no Embaixador Marcílio Marques Moreira o primeiro e principal mensageiro, poderá ter várias formas. A única que servirá aos nossos interesses será aquela que preservar uma reserva tão importante quanto a cambial: o crédito, derivado direto da credibilidade.

EM OUTRAS palavras, precisamos explicar aos nossos credores o caráter conjuntural da suspensão de pagamentos — cujas razões, na verdade, eles bem conhecem — e, além de fixar um prazo depois do qual as remessas serão retomadas (90 ou 120 dias, provavelmente), revelar as medidas que serão tomadas para permitir a volta à normalidade.

O BRASIL NÃO é apenas o maior devedor do Mundo: tem sido, também, o melhor pagador. Trata-se de reputação que precisamos a todo custo sustentar — principalmente no momento em que paramos por algum tempo de pagar.

DAR EXPLICAÇÕES aos credores e assumir um compromisso formal de cumprir condições que nós mesmos vamos propor não representa timidez nem aranhões no orgulho nacional. Ao contrário, trata-

se da atitude inteligente de quem busca evitar que uma hora difícil se transforme num beco sem saída.

DE MAIS a mais, é preciso entender que nossos problemas no terreno da dívida externa não existem no vácuo. Eles integram uma situação crítica face à qual o Governo deve e vai agir, e as medidas destinadas a tranquilizar a comunidade financeira internacional não serão conflitantes com aquelas destinadas a contornar internamente os riscos de recessão.

DE FATO, sem a preservação do crédito no exterior, a atividade econômica no País sofreria um golpe brutal, e estaria aberto o caminho para um nível de recessão pior do que hoje esperam os mais pessimistas.

TEMOS como lema não pagar a dívida externa com o sacrifício do povo brasileiro. Não há razão alguma para nos afastarmos desse princípio — que, bem analisado, mais do que patriotismo, revela senso prático. Neste momento, devemos nos conscientizar também de que não podemos suspender o pagamento da dívida com o sacrifício do povo. E ninguém duvida da magnitude do sacrifício decorrente da perda de credibilidade e crédito.